

DIREITO CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS

NOVA School of Law

Universidade Nova de Lisboa

Exame Final - 07.06.2021

Duração: 3 horas

I

- a) Comente: “a existência de limites ao poder de revisão permitem classificar a constituição portuguesa como *constituição fechada*”. (2 valores)
- b) Comente da perspectiva da tridimensionalidade constitucional: “*As Constituições valem na medida em que não forem efêmeras, em que servirem de quadro à vida política nacional durante um período de tempo relativamente longo, em que demonstrarem capacidade para suportar o embate, sempre rude, da experiência, da realidade viva.*” (3 valores)

II

Enquadre e analise jurídico-constitucionalmente as seguintes atuações:

1. Em Março de 2021, o Partido Esperança venceu as eleições legislativas com maioria relativa. No entanto, o Presidente da República (PR) nomeia para Primeiro-Ministro (PM) Ricardo Rojas, líder do Partido Verde. (2 valores)
2. Volvidos 6 meses, a União Europeia impõe que o Estado Português nomeie um “Alto Representante para as Finanças Nacionais”, de nacionalidade belga, que teria a última palavra em todas as questões orçamentais. O Governo enalteceu a medida, considerando-a absolutamente necessária ao aprofundamento da integração europeia. Contudo, o Presidente da República afirmou aos órgãos de comunicação social: “...nunca permitirei que Portugal aceite tal restrição da sua soberania, pelo que decidi demitir o Governo”. (2 valores)
3. Entretanto entrou em funções um novo Governo, agora encabeçado pelo líder do Partido Esperança. Todavia, Ricardo Rojas nunca se conformou com o facto de ter sido demitido pelo PR. Algum tempo depois, o grupo parlamentar do Partido Verde apresentou na Assembleia da República (AR) uma moção de censura ao Governo que mereceu a seguinte votação: 113 votos a favor, 32 votos contra e 85 abstenções. Logo de seguida, Ricardo Rojas afirma publicamente: “como está demitido o Governo, tenho de voltar a ser nomeado PM”. (1 valor)

III

Enquadre e analise jurídico-constitucionalmente as seguintes atuações:

1. Temendo uma eventual vaga de imigração para Portugal, o Governo aprova em Conselho de Ministros um pacote de legislação, a saber:
 - a) Decreto X/2021, que altera as normas de aquisição da cidadania portuguesa por naturalização, exigindo residência em território português há pelo menos 20 anos (anteriormente bastavam 10 anos);
 - b) Decreto Y/2021, que altera a Lei de Bases do Sistema de Segurança Social, eliminando a universalidade e a igualdade como “princípios gerais” do sistema. (2 valores)
2. Recebidos para promulgação como Decretos-Leis, o PR veta o Decreto X/2021 com os seguintes fundamentos: “considero o diploma apresentado pelo Governo desrazoável e alarmista; acresce que não há razões objetivas que façam temer qualquer vaga de imigração”. O PR promulga o Decreto Y/2021. (1 valor)
3. Não concordando com a posição do PR, o Primeiro-Ministro declara que “deu início ao procedimento de superação do veto do PR”. Para tanto, o Governo apresentou junto da AR uma proposta de lei com conteúdo igual ao do vetado Decreto X/2021 (alteração da lei da nacionalidade). Essa proposta de lei foi aprovada pela AR por uma expressiva maioria de 200 votos a favor e enviada ao PR para promulgação. Pergunta-se: (i) estamos perante um caso de promulgação obrigatória?; (ii) pode o PR promulgar imediatamente o diploma? (2 valores)
4. O diploma entrou em vigor. Kaminsky, russo que completou entretanto 10 anos de residência em Portugal, viu ser-lhe recusada pelas autoridades administrativas a naturalização como cidadão português, atendendo às novas regras introduzidas. Sentindo-se injustiçado, recorreu às instâncias judiciais competentes. O juiz da causa considerou verificar-se uma violação dos princípios da proporcionalidade e da proteção da confiança. Caracterize o modelo de fiscalização de constitucionalidade em presença e identifique as consequências da decisão do juiz. (2 valores)
5. Na apreciação das normas relativas ao caso de Kaminsky, o Tribunal Constitucional proferiu uma decisão de acolhimento da inconstitucionalidade. (i) Quais os efeitos desta decisão? (ii) E se esta decisão do TC for igual a outras duas proferidas anteriormente nos casos de Pavlova e Sharapova? (2 valores)
6. Um conjunto de 23 Deputados não se conforma com a entrada em vigor do Decreto Y/2021 (ver ponto 1.). Identifique e caracterize os meios de que poderão socorrer-se para o eliminar da ordem jurídica. (1 valor)